

ATA N.º 10/2018

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 2 DE MAIO DE 2018:

No dia dois de maio de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e quinze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, António Manuel da Silva Braz e Palmira Maria Santinhos Hortense.

SUSPENSÃO DE MANDATO:

Na sequência do pedido de suspensão de mandato de 30 de abril a 31 de maio de 2018, apresentado pela Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, foi convocado, nos termos do nº 1, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

SUBSTITUIÇÃO DE ELEITO:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara ordinária do dia de 2 maio de 2018, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos do nº 1, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino. (Anexos a esta ata como documento n.º 2)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

PONTO 2 – Protocolo de Cooperação entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Município de Palmela no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PONTO 3 – Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Representante dos Municípios no Procedimento para a Formação do respetivo Contrato

PONTO 4 – Empreitada de "Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo": Prorrogação do prazo de apresentação de propostas no âmbito do procedimento de consulta prévia - Ratificação

PONTO 5 – Isenção de pagamento de taxas municipais urbanísticas relativas ao licenciamento de obras de edificação e emissão de alvará – construção de oratório, e procedimentos subsequentes legalmente exigíveis, por relevante interesse público na área do Município da instituição.

Requerente: Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira. Proc.º E-938/2016. Local: Rua José Afonso, 31 – Pinhal Novo.

PONTO 6 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) – Início do procedimento e participação procedimental.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

. Ata n.º 7/2018 – Reunião ordinária de 4 de abril de 2018 – Aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos Vitorino, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião;

. Ata n.º 20/2017 – Reunião ordinária de 25 de outubro de 2017 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos/as Srs./a Vereadores/a Carlos Vitorino, António Braz e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

. Ata n.º 21/2017 – Reunião ordinária de 8 de novembro de 2017 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Carlos Vitorino, António Braz e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

. Ata n.º 22/2017 – Reunião ordinária de 22 de novembro de 2017 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Carlos Vitorino, António Braz e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

. Ata n.º 23/2017 – Reunião ordinária de 6 de dezembro de 2017 – Aprovada, por maioria, com a abstenção do/a Sr./a Vereador/a António Braz e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;

- Ata n.º 24/2017 – Reunião extraordinária de 12 de dezembro de 2017 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Carlos Vitorino, António Braz e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião;
- Ata n.º 25/2017 – Reunião ordinária de 20 de dezembro de 2017 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Carlos Vitorino e António Braz, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 18.04.2018 e 30.04.2018.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 16.04.2018 a 27.04.2018.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.04.2018 a 30.04.2018, no valor de 1.839.739,92 € (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e nove euros e noventa e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 30.04.2018, apresenta um saldo de 7.354.075,76 € (sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, setenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 6.043.360,17 € (seis milhões, quarenta e três mil, trezentos e sessenta euros e dezassete cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.310.715,59 € (um milhão, trezentos e dez mil, setecentos e quinze euros e cinquenta e nove cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho)

“A ginasta Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeã Nacional de Tumbling por Equipas em Júniores femininos, no Campeonato Nacional de Duplo Mini-Trampolim e *Tumbling*, que se realizou no Centro Cultural de Viana do Castelo, nos dias 28 e 29 de abril de 2018.

Margarida Agostinho repete assim o título por equipas alcançado em 2017 e individualmente garantiu o apuramento para as Super Finais do Campeonato Nacional 2018, que se realizarão nos dias 9 e 10 de junho no Pavilhão Multiusos de Guimarães.

A ginasta pinhalnovense prossegue a sua evolução na modalidade, continuando a garantir títulos e excelentes prestações. Já durante o mês de abril, entre 12 e 15, alcançou o 4.º lugar na competição por equipas do Campeonato da Europa de Trampolins, Duplo Mini-Trampolim e Tumbling que se realizou em Baku, Azerbaijão.

Reunida em Palmela, a 2 de maio, a Câmara Municipal de Palmela saúda Margarida Agostinho pelo título de Campeã Nacional de Tumbling por Equipas em Júniores femininos, desejando os

maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar a sua Academia e o concelho.”

Submetida a votação a saudação (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Reunião de câmara extraordinária** – O **Sr. Presidente** informa que a próxima reunião de Câmara realizar-se-á no dia 16 de maio, será uma reunião extraordinária na qual, para além da questão das condecorações municipais, irão também, trazer outras propostas de despacho urgente.

• **Alteração da data da segunda reunião de câmara ordinária do mês de maio** – O **Sr. Presidente** refere que a reunião ordinária de Câmara irá realizar-se no dia 23 de maio na freguesia de Quinta do Anjo, às 21 horas, ainda com local a definir. Será uma semana descentralizada, inserida no âmbito da semana dedicada à freguesia de Quinta do Anjo, que irá decorrer entre os dias 21 a 25 de maio.

• **18.ª Edição das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro** – O **Sr. Presidente** dá nota das comemorações que decorrem no mês de maio, nomeadamente, o dia em que se assinala o Dia Municipal do Bombeiro, com destaque para a 18ª edição. Esta organização conjunta tem contribuído para a afirmação do papel dos Bombeiros e Bombeiras na comunidade, para a capacidade de intervenção e para reforçar laços de trabalho conjunto entre as várias corporações do concelho. Sublinha a realização de 3 simulacros de sismo, envolvendo a comunidade educativa no exercício de uma ação conjunta, que é sempre extremamente interessante, porque permite conferir um conjunto de procedimentos e corrigir outros. Um dos momentos altos será a atribuição das condecorações no Dia Municipal do Bombeiro, e será, também, um debate, umas jornadas de reflexão em torno do futuro em perspetiva da atividade dos bombeiros. Têm já a confirmação de consagrados especialistas na área, pessoas que trabalham há muito na área da proteção civil e dos bombeiros e, portanto, será certamente uma iniciativa que convirá que todos acompanhem.

Divulga, também, uma exposição inaugurada recentemente, no dia da conferência de imprensa, que está patente na galeria de exposições e depois irá circular pela freguesia de Pinhal Novo, na próxima semana no mercado municipal e depois, para a freguesia de Marateca, estendendo o convite a todos os presentes e à população.

• **Lançamento do concurso público para a empreitada de construção da ciclovia de Quinta do Anjo** – O **Sr. Presidente** refere que há um conjunto de obras que não necessitam de vir a reunião de câmara, que os serviços municipais têm desenvolvido os procedimentos e que compete ao Presidente autorizá-los, pelo que dá nota do lançamento do concurso público para a empreitada de construção da ciclovia de Quinta do Anjo, para completar uma semana cheia de investimentos na mobilidade, haviam lançado a 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo e lançaram, agora, este concurso público para a ciclovia de Quinta do Anjo. O concurso tem um preço base de 344 mil euros já com IVA incluído, e consiste na construção de uma pista ciclável e pedonal que se desenvolverá entre a urbanização Colinas da Arrábida e o início da urbanização dos Portais. Esta ciclovia vai desenvolver-se, em parte, ao longo da linha de água, mais concretamente, ao longo da Ribeira da Salgueirinha, contribuindo para a valorização e usufruto daquele espaço natural, e salienta um outro aspeto importante, a valorização do denominado Bairro da Coopanjo, na medida em que a empreitada, confinando com aqueles impasses no final de cada um dos arruamentos, irá também, intervir naquela localização com alterações na circulação, melhorando o estacionamento nos respetivos arruamentos, além de mobiliário urbano, o que vai contribuir para uma maior fluidez de pessoas e veículos e para uma maior vivência do espaço público. Refere que estas questões das ciclovias, além de contribuírem para a ligação de um modo mais sustentável de bairros, uns mais recentes, outros mais antigos e também, ligar equipamentos como a Escola Básica ou o complexo desportivo do Quintajense, esta ciclovia vai valorizar toda uma zona dita de traseiras, junto ao eixo Norte-Sul, que passará a ter outra qualificação. Trata-se de uma extensão de 2 quilómetros, 1.450 em pista dedicada e as restantes em vias banalizadas, como se costuma dizer, ou seja, não são segregadas e integra o projeto Ciclo 7, cofinanciado por fundos comunitários.

• **Lançamento do procedimento para a empreitada de ampliação da Escola Básica de Brejos do Assa** - O **Sr. Presidente** refere que outra empreitada que importa anunciar é o lançamento do procedimento para a ampliação da Escola Básica de Brejos do Assa. Foi lançado, esta semana, o procedimento de consulta prévia para a requalificação do logradouro e uma pequena ampliação da Escola. A empreitada inclui a construção de um recreio coberto, a substituição de pavimentos, a beneficiação geral do logradouro e ainda uma ampliação do edifício, para criação de um espaço multiusos que, também, funcionará como biblioteca. Este projeto foi discutido com a comunidade educativa, com a associação de pais e, em boa hora, lograram concluí-lo e lançar o procedimento que tem um valor de 109 mil euros e um prazo de execução previsto de 120 dias após a adjudicação.

• **Projeto para o Largo da Mitra, em Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** refere que conforme haviam anunciado, outra obra, no âmbito das candidaturas ao PEDUS (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano) e da mobilidade, que ajuda a completar o conceito de

intermobilidade e intermodalidade, entre a Rua Infante Dom Henrique e o parque intermodal de Pinhal Novo Sul, é o denominado Largo da Mitra. Depois de uma discussão interna com os serviços municipais e de terem acertado um programa preliminar, consideraram que o melhor seria fazer o projeto no exterior, dado o conjunto de obras, de empreitadas, fiscalizações e outras questões em curso. Assim, o projeto vai ser feito de acordo com o que definiram no estudo preliminar. Esta obra vai potenciar a conexão entre o Sul e o Norte da vila, vai permitir, também, que uma ligação já existente, fique mais qualificada, nomeadamente a ecopista/ciclovía da zona de Vale Flores à ecopista do ramal do Montijo, porque é possível passar numa calha bicicletas, com as bicicletas no viaduto inferior que, aliás, visitou no dia 30 com responsáveis das Infraestruturas de Portugal para ver se é possível fazerem ali uma requalificação. Relativamente ao Largo da Mitra, vai ser, de facto, um espaço requalificado, será essencialmente para estacionamento, mas bem enquadrado, dentro da mesma lógica do que foi feito no espaço intermodal Pinhal Novo Sul, nas traseiras da ARPI e vai ter uma caixa paragem para transporte rodoviário coletivo, para o circuito urbano de Pinhal Novo, enfim, nota-se que cada vez mais, os espaços devolutos, a sul, estão a ser muito utilizados para estacionamento, seja para o pequeno comércio que ali vai resistindo, seja, sobretudo, para o acesso à estação ferroviária, porque tem-se assistido a um crescimento de utilização de transportes públicos. Trata-se ainda, da adjudicação do projeto, mais tarde irão aprová-lo e depois lançar o procedimento e ter a candidatura aprovada.

• **Adjudicação da obra de construção do passeio entre o Centro de Saúde e o Cemitério de Palmela – O Sr. Presidente** refere que foi adjudicada a obra de construção do passeio entre o Centro de Saúde e o Cemitério de Palmela. O Cemitério de Palmela está a receber obras de beneficiação, está a ser pintado e o passeio era uma reivindicação, uma ligação de acessibilidade muito desejada pelas pessoas da vila que ali têm de se deslocar. Considera que, no futuro, é necessário trabalhar também a berma da estrada nacional e por aí adiante. Para já estão a cumprir com o que se comprometeram. A obra está preparada para iniciar, contudo falta ainda o acompanhamento arqueológico, porque em Palmela não se pode fazer um buraco sem ter acompanhamento arqueológico e, portanto, estão a desenvolver o procedimento, para que essa obra se inicie o mais breve possível.

• **Fantasiarte 2017/2018 – O Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que o Fantasiarte, na sua 24.^a edição, é um projeto de educação pela arte, desenvolvido com a comunidade educativa do concelho de Palmela e contribui para aprendizagens mais estimulantes e eficazes, no sentido da autonomia de pensamento e do sentido de pertença à comunidade e ao mundo, das crianças e jovens. Serão 79 programas artísticos, representando, assim, um aumento de 11 programas em relação ao ano passado, onde os seus participantes

partilham talentos nas áreas da música, teatro, dança, artes visuais entre outras. Perspetiva-se que entre os participantes no programa e os espetadores, cerca de 3.000 crianças da educação do pré-escolar, alunos do 1º ciclo e ensino secundário, 300 professores/auxiliares e população de idade maior, irão estar nas festas de encerramento, no Cineteatro S. João, de 17 a 25 de maio. Contempla, ainda, 400 alunos do 4º ano, que usufruem de um espetáculo, no âmbito do plano de mobilidade. Estes programas, preparados ao longo do ano letivo, envolvem todos os Agrupamentos de Escolas e a Escola Secundária de Palmela. Estão, também representadas as Instituições de Solidariedade Social do concelho, entidades de educação e ensino privado, bem como associações de pais.

• **“ComTradições” – Almoço convívio com animação para a população idade maior das IPSS do município de Palmela a celebrar o Dia da Espiga – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a celebração do Dia da Espiga, que irá realizar-se no próximo dia 10 de maio, no Parque de Campismo e Caravanismo Vasco da Gama, em Pinhal Novo, o tradicional “ComTradições”, com uma sardinhada e visa, mais uma vez, reforçar a partilha de memórias, tradições e vivências pela população de mais idade, bem como continuar a sensibilizar para a importância do envelhecimento ativo e para o importante papel desta faixa etária no município de Palmela.

Esta iniciativa, cuja organização é feita articuladamente entre a Câmara Municipal de Palmela e as Instituições Particulares de Solidariedade Social na área das Pessoas Idosas (GIQE – Grupo Interinstitucional para as Questões do Envelhecimento), proporciona a oportunidade, a todos os participantes de usufruírem de um dia de alegre convívio, em contacto com a natureza. Para além do habitual almoço convívio, haverá várias propostas interinstitucionais, tais como um estendal de memórias, jogos lúdicos e tradicionais, visita livre ao parque, concurso ramo da espiga 2018 e animação musical com dois grupos de acordeonistas. Prevendo-se a participação de cerca de 350 pessoas.

• **Fins de Semana Gastronómicos e Concurso da Sopa Caramela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no âmbito do programa de promoção gastronómica “Palmela – Experiências com Sabor!” realizar-se-ão nos dias 4, 5, 6, 11, 12 e 13 de maio, os Fins de Semana Gastronómicos da Sopa Caramela, onde 21 estabelecimentos aderentes, terão nas suas ementas esta generosa e reconfortante sopa; Além destes Fins de semana Gastronómicos temáticos, terá lugar no dia 5 de maio, na Adega ASL Tomé, em Pinhal Novo, mais uma edição do Concurso da Sopa Caramela, onde o painel do júri, composto por elementos da Câmara Municipal de Palmela, da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, da Confraria da Sopa Caramela e da Adega anfitriã, irão eleger a melhor Sopa Caramela do ano.

A Sopa Caramela estará em destaque durante o mês de maio, onde se realizará, também, o Mercado Caramelo, em Pinhal Novo, nos dias 11, 12 e 13 de maio, criando várias oportunidades para que os visitantes da região possam degustar esta importante especialidade da nossa gastronomia regional.

• **Festas locais: Mostra de Vinhos em Fernando Pó, Mercado Caramelo e Festas de S. Gonçalo** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que nas próximas semanas o roteiro cultural do concelho de Palmela será reforçado, com a realização de várias festividades locais que trazem memórias, raízes e tradições às ruas das nossas localidades.

As Festas de São Gonçalo, de cariz religioso e profano, com fortes tradições e fazendo parte do roteiro cultural da freguesia de Quinta do Anjo, realizam-se entre 10 a 13 de maio, no Parque de Merendas de São Gonçalo em Cabanas, Festas em Honra do Patrono São Gonçalo, organizadas pela Associação de Festas de São Gonçalo. O programa contará com as atuações de grupos locais e artistas nacionais, como as guitarras da SIM e as Sevilhanas El Camino, Fernando Correia Marques e Toy, bem como com a componente religiosa composta por procissão e missa de homenagem ao padroeiro. Destaca, também, o primeiro passeio a cavalo e demonstração equestre, assim como o tradicional leilão das oferendas da população. A autarquia associa-se a este evento, apoiando a sua divulgação conjuntamente com o apoio financeiro, técnico e logístico.

No Pinhal Novo, com organização da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e Confraria da Sopa Caramela, de 11 a 13 de maio, realiza-se a 3ª edição do Mercado Caramelo. A recriação deste Mercado é um evento que pretende conjugar a animação e a história, envolvendo na sua organização e dinamização instituições e movimento associativo da freguesia, contribuindo para a preservação e divulgação das tradições e identidades locais. Paralelamente, pretende ainda divulgar a Sopa Caramela, contribuindo para a promoção do comércio tradicional e dinamização turística do concelho.

Para além da recriação de um mercado à moda antiga com expositores de artesanato e demonstração de profissões ao vivo, esta iniciativa contará, também, com um vasto programa de animação com música tradicional, bailes, gaiteiros e o cavalinho da SFUA. Esta edição terá uma missa ao ar livre, com a bênção de animais na manhã de domingo e um conjunto de conversas e *workshops* sobre a história dos caramelos com a colaboração do Museu Municipal de Palmela e a Maleta Pedagógica sobre os caramelos. A autarquia associa-se a este evento apoiando a sua divulgação conjuntamente com o apoio técnico, financeiro e logístico.

Dá nota que nos próximos dias 11, 12 e 13 de maio, a aldeia de Fernando Pó acolhe mais uma edição da Mostra de Vinhos. A 23.ª edição é caracterizada pela transformação que as instalações sofreram no ano passado, fruto do grande investimento realizado pela Câmara Municipal na qualificação das instalações da Associação. A Mostra apresenta-se num novo formato, com

melhores condições para receber o público e os expositores. O novo pavilhão receberá as adegas e demais expositores num total de 25 e o espaço do tradicional pavilhão de provas, onde os visitantes poderão provar e escolher o seu preferido de entre 28 vinhos tintos. O evento estará distribuído por mais três espaços; o exterior com a exposição de máquinas agrícolas; uma tenda da gastronomia, onde os visitantes podem restabelecer as energias a saborear alguns petiscos tradicionais; e a tenda das animações, onde se localiza o palco por onde passará a programação musical.

A organização da Mostra preparou um programa diversificado, que vai das atividades especializadas como um curso de iniciação aos vinhos e provas comentadas, *showcooking*, bailes e espetáculos de música popular, até aos passeios pedestres e em bicicleta, que cruzarão jardins de vinhas, verificando a beleza e a dinâmica desta paisagem tão particular. Mais uma vez deixamos o convite para que se desloquem ao Fernando Pó e provem o que de melhor se produz no nosso concelho. Também, neste evento, a autarquia associa-se, apoiando a sua divulgação conjuntamente com o apoio técnico, financeiro e logístico.

• **Associação Académica Pinhalnovense campeã da Taça Regional de Saltos 2017/2018** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que se realizou, no dia 22 de abril, a Taça Regional de Saltos no Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal, evento desportivo no qual a Associação Académica Pinhalnovense sagrou-se Campeã Regional em Femininos com 1.566 pontos e em Masculinos com 2.162 pontos, obtendo os seguintes resultados desportivos:

- André Rangel, 1.º Classificado, com 6,57m no Salto em Comprimento;
- André Rangel, 1.º Classificado, com 3,80m no Salto com Vara;
- Pedro Costa, 1.º Classificado, com 1,70m no Salto em Altura;
- Vitória Monteiro, 2.ª Classificada, com 1,45m no Salto em Altura;
- Vitória Monteiro, 2.ª Classificada, com 4,58m no Salto em Comprimento;
- Mariana Rita Balona, 2.ª Classificada, com 2.10m no Salto com Vara;
- Íris Rangel, 4.ª Classificada, com 9,28 no Triplo Salto;
- Fábio Silva, 5.º Classificado, com 3,05m no Salto com Vara;
- José Pedro Balona, 6.º Classificado, com 2.60m no Salto com Vara.

• **Associação Académica Pinhalnovense – XX Campeonato KPS e Campeonatos Universitários de Karaté** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que se realizou nos dias 21 e 22 de abril, no Pavilhão Municipal do Monte da Caparica, o XX Campeonato KPS, organizado pela Associação Karaté-Do Portugal Shotokan. A seção de karaté da Associação Académica Pinhalnovense esteve presente, alcançado 29 lugares de pódio nas classificações

individuais e 5 lugares de pódio nas competições por equipas, nas vertentes de kata (técnica) e kumité (combate).

Também no dia 22 de abril, realizou-se em Aveiro o Campeonato Universitário de Karaté, organizado pela Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) e pela Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUAv), que contou com a presença de dois karatecas da Associação Académica Pinhalnovenense. Lara Rajani alcançou o 2.º lugar na prova de kumité (-50kg) e José Júnior alcançou o 5.º lugar, também em kumité (-75).

Face às informações prestadas, o **Sr. Presidente** regista que o concelho de Palmela está a atravessar um período de intensa atividade cultural, no qual as gentes do concelho saem à rua, para celebrar as suas festas, suas origens e, portanto, esta atividade implica que o município também, tenha de acompanhar esta dinâmica, o que é por boas razões e é um bom sinal.

Questões apresentadas pelos Srs. Vereadores António Braz, Carlos Vitorino e Raul Cristovão

• **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes e refere que em primeiro lugar, quer felicitar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo pelo seu 77º aniversário que se celebrou ontem e desejar-lhes as maiores felicidades, porque é uma Associação que tem uma componente urbana e rural, muitas vezes complexa e o trabalho que tem desenvolvido é, de facto, em prol das populações, daí as felicitações.

• **Festas de S. Gonçalo, Mostra de Vinhos de Fernando Pó e Mercado Caramelo** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que, também, em nome da bancada do PS, saudar as Festas de São Gonçalo, pelo evento que mais uma vez vão realizar na aldeia de Quinta do Anjo.

Saudar, também, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e o Mercado Caramelo, agradecendo igualmente aos voluntários que ajudam na elaboração destes eventos, porque sem a disponibilidade destas pessoas, destas associações, todos estes eventos teriam uma maior complexidade para se realizarem.

Contudo, parece pertinente alertar para o facto de a realização em simultâneo do Mercado caramelo e a Mostra de Fernando Pó. Já no ano passado haviam alertado para essa situação e, é evidente, são as associações que tomam a decisão das datas, mas gostariam de dar uma palavra sobre isto, uma vez que no ano passado, a Mostra de Vinhos em Fernando Pó, teve uma grande perda de visitantes e num concelho que se pretende salientar tudo o que é bom, seria importante, debater esta situação.

• **Escola Básica de Cabanas – O Sr. Vereador António Braz** refere que em relação à Escola Básica de Cabanas, tiveram informações que houve um problema com o construtor, ou seja que o construtor tinha abandonado a obra na escola e gostariam de saber qual a situação.

• **Lei 19/2018 – Alteração dos limites territoriais das Freguesias de Marateca e de Poceirão – O Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e refere que hoje, dia 2 de maio, foi publicado em Diário da República, a Lei n.º 19, de 2018, iniciativa do PPD-PSD, referente à alteração dos limites territoriais da Freguesia de Palmela e da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, sabe que este tema já foi mencionado e debatido, mas, como foi hoje a data da publicação, era apenas, para registar este facto.

• **Abate das Palmeiras na urbanização Vila Serena, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que chegou ao nosso conhecimento, através da Associação de Moradores da Vila Serena em Pinhal Novo, que a Câmara Municipal iria proceder ao abate de todas as palmeiras da urbanização. Face à exposição que receberam e sabendo que o Sr. Presidente, também, foi questionado sobre o assunto, gostaria de saber se já foi dada resposta aos moradores e também qual o teor dessa resposta. Evidentemente que subentendem que poderá ser por causa da praga de escaravelhos, mas era para dar seguimento e resposta à questão que foi enviada à vereação da bancada PSD/CDS.

• **Gala dos vinhos da península de Setúbal (3 de maio) – O Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que amanhã, no dia 3 de maio, irá realizar-se a Gala dos Vinhos da Península de Setúbal, a iniciativa vai decorrer na Estufa-fria, em Lisboa. Foi-lhe transmitido que nesse mesmo dia, iria também, realizar-se a conferência de imprensa de apresentação da Mostra de Vinhos de Fernando Pó. Sendo estas iniciativas bastante importantes para a divulgação dos vinhos da região de Palmela, gostaria de saber se a câmara tem algum conhecimento ou informação sobre o porquê desta sobreposição, na mesma data, portanto, da apresentação da conferência e da Gala dos Vinhos da Península de Setúbal.

• **Sobreposição das datas com a conferência da Mostra de Vinhos de Fernando Pó e Mercado Caramelo – O Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que da mesma forma, acontece com a realização dos eventos Mercado Caramelo e Mostra de Vinhos de Fernando Pó. Reconhecendo que não é competência da Câmara Municipal, mas como a Câmara apoia e intervém junto das associações que promovem estes eventos, poderia haver uma diferenciação de uma semana, até para fazer com que um evento promovesse o outro e vice-versa, porque

às vezes é difícil, as pessoas não vão à prova de vinhos e depois vêm o Mercado Caramelo comer, e também não vão comer a Sopa Caramela e depois vão à Mostra dos Vinhos. Enfim, fica esta tentativa de sensibilização, porque considera ser necessária.

• **Sobreposição das datas dos eventos** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que tal como o Sr. Vereador Carlos Vitorino referiu, a questão da sobreposição da conferência de imprensa da apresentação da Mostra de Vinhos de Fernando Pó e a Gala da entrega de prémios na Estufa-fria, aos vinhos da região, e dizer que poderia ser descentrada estas horas, porque efetivamente os jornalistas locais sendo poucos, dificilmente poderão frequentar estas duas iniciativas.

• **Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS) deixa a sua sede em Palmela** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que, segundo a informação que obteve, a CVRPS, vai para Setúbal e vai deixar Palmela e até já têm instalações assumidas pela autarquia e, pelo menos é essa informação que têm. Considera que ficam um pouco mais pobres, não tendo cá as instalações da CVRPS. Por outro lado, compreendendo a atitude dos produtores em querer fazer as entregas dos vinhos em Lisboa, no fundo, seguindo o que se faz em outras regiões do país, mas é de lamentar que no concelho de Palmela não hajam ações de promoção junto dos produtores, de modo a tornar a Mostra dos nossos Vinhos e divulgação dos nossos vinhos, em atos mais cosmopolitas e que tragam, efetivamente, as empresas ligadas aos vinhos, gastronomia e também ao turismo, com outras características que possa dar escala a este mercado. Considera que os produtores do concelho quiseram, foi dar escala e ir à procura de mercado, tal como fazem os vinhos do Douro quando se promovem no Porto ou os vinhos do Alentejo, quando vão fazer as suas promoções em Lisboa. Portanto, considera que há aqui um trabalho que todos têm de fazer em conjunto, não sendo uma crítica é, no fundo, tentar sensibilizar todos que são corresponsáveis nisto, para que efetivamente, possam dar mais e melhor imagem e espaço aos produtores de vinhos do concelho de Palmela.

• **Parque de campismo do Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que depois de ouvir que vai haver uma sardinhada no Parque de Campismo no Dia da Espiga e por falar no Parque de Campismo de Pinhal Novo, considera que se trata de uma infraestrutura turística que é única no concelho de Palmela e até nos concelhos vizinhos, no Montijo não existe nenhum e, portanto, considera que é um caso que merece ser apoiado pela autarquia. O Parque de Campismo parece que não está legal, ou seja, existem questões relacionadas com a legalidade do Parque, mas já alberga um substancial número de estrangeiros que passam ali a maior parte do ano. Assim coloca a questão da legalização do Parque, porque pretendem perceber o que é que já foi feito, o que é que é necessário vir a ser feito para se legalizarem e,

falar também, do alcatroamento daquela estrada de acesso ao parque, que estando como está, limita, muitas vezes a ida ao Parque e alguns desistem, exatamente, por causa do estado em que a estrada se encontra.

• **Atas da Câmara Municipal de Palmela – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que relativamente às Atas, quer saudar o esforço e mereceu o esforço de todos e se calhar da introdução da empresa, para que as Atas saiam em tempo, para que todos as possam consultar e ter uma noção exata do trabalho que se faz nas reuniões de Câmara.

• **Regulamento de atribuição das bolsas de estudo – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que uma vez que estão em maio e uma vez que foi aprovado e bem, o regulamento de atribuição das bolsas de estudo, gostaria de saber em que ponto ou para quando o regulamento irá entrar em vigor. Percebendo que há uma verba em orçamento, percebendo também, que essa verba na totalidade, não vai ser gasta em 2018, e uma vez que foi aceite a proposta do PS a inclusão dessa verba em orçamento, questiona para quando está prevista a entrada em vigor desse regulamento.

Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:

_ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** refere que relativamente às felicitações aos Bombeiros e às festas as mesmas estão feitas, aliás, ontem na sessão solene e sabe que falou em nome da Câmara Municipal e fez, quer no início, quer no final, uma saudação e felicitações em nome do executivo municipal. Mas, mais importante que as saudações, que também são importantes pelo encorajamento, é todo o esforço que a estrutura municipal faz, internalizando custos, deixando de, muitas vezes, priorizar as suas intervenções, a sua missão específica de cada unidade orgânica, de reparar estradas, para dar apoio a este conjunto de instituições. Portanto, as saudações e as felicitações são bem-vindas, mas refere que a Câmara Municipal cumpriu a sua obrigação e o presidente da Câmara, representando o executivo, também o fez.

_ Sobreposição das datas com a conferência da Mostra de Vinhos de Fernando Pó e Mercado Caramelo / Sobreposição das datas dos eventos (Questões colocadas pelos Srs. Vereadores Carlos Vitorino e Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que sobre a sobreposição das iniciativas, as Associações e Comissões são soberanas, se fizessem de outra forma, “caia o Carmo e a Trindade” pelo município tentar tutelar ou querer penalizar umas, por fazerem ao mesmo tempo e não dar apoio logístico. Enfim, o município respeita as decisões das Comissões e das Associações, procura influenciar, a Mostra de Vinhos quando for uma iniciativa da

câmara, será outra realidade, mas até lá estão disponíveis para continuar a trabalhar com a Associação da Mostra, e se a associação quiser e irá acontecer, até porque no âmbito de uma candidatura que a Câmara Municipal tem para a sua promoção e aí tem que ter uma estrutura, praticamente, profissional a fazer esse trabalho.

Refere que procuraram chamar a atenção, influenciar, falar dos pontos fortes e dos pontos fracos, das vantagens e dos inconvenientes, não tanto para a Câmara, porque esses são visíveis, pois deve imaginar, por exemplo, na infraestrutura elétrica quando antes era feito no caso da Mostra de Vinhos de Fernando Pó, por administração direta, tiveram, agora, que adjudicar 5 mil euros para as Festas de São Gonçalo, porque para fazer num lado por administração direta, não conseguem fazer no outro. É um esforço muito grande para o município, dar apoio logístico e ter as 3 festas a funcionar ao mesmo, mas continuarão a prosseguir esse caminho.

Relativamente à conferência de imprensa, não obstante, ser o município a tratar da produção dos materiais, da imagem, da convocatória para a conferência de imprensa, a data foi vista, naturalmente no período em que ainda não se sabia da Gala dos Vinhos, que aliás, esteve prevista para o dia de hoje e acabou por ser alterado para o dia seguinte. Quando se aperceberam disso, ainda efetuaram contactos com a Comissão Organizadora e era de todo, desejável que as datas e as horas não coincidissem. As conferências de imprensa destinam-se à comunicação social, as sobreposições, enfim, também considera que não é desejável, mas também, há vários jogos de futebol em simultâneo. Irão procurar que a informação da Mostra dos Vinhos em Fernando Pó seja, na mesma, bem tratada, mas, de facto, o grande problema é a sobreposição dos eventos e neste caso, enfim, não vai adjetivar, as pessoas são determinadas e acham que é esta a sua forma de fazer, não é a Câmara Municipal que escolhe o local, o formato, é convidada para a conferência de imprensa e que, no futuro, vão procurar levá-los a corrigir esta situação.

_ Escola Básica de Cabanas (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** refere que o empreiteiro não fugiu, a Câmara Municipal é que cessou com o empreiteiro, porque a empresa revelou, nos primeiros meses do arranque da obra, algumas dificuldades, é uma empresa que pelo que perceberam, tinha já um conjunto de outros equipamentos, em Sintra e noutros concelhos, que estava, também, a incumprir prazos e outras situações e, portanto, o que for decidido, foi rescindir o contrato. Esta questão, neste momento, está no Gabinete Jurídico, porque têm de rescindir o contrato sem ter de indemnizar ninguém, têm os incumprimentos atestados e a empresa, naturalmente, pretende outra solução. Portanto, o Gabinete Jurídico está a tratar dessa situação. Informa que em reunião de despacho que teve esta manhã, o objetivo que apontaram, foi para que dia 23 de maio, tivessem nova abertura de procedimento, para retomar, porque está a ser feito o levantamento

dos trabalhos que estão em falta, de acordo com os autos. Não tem memória de terem feito algo do género, mas com tanta obra, alguma vez, haveria de acontecer este tipo de incidente.

_ Lei 19/2018 – Alteração dos limites territoriais das freguesias de Marateca e de Poceirão (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que agradece a recordatória da publicação da lei sobre os limites territoriais das Freguesias de Poceirão e Marateca e ainda chegou a pensar que os senhores viessem a apresentar um projeto-lei para a reconstituição das freguesias do Poceirão e Marateca isoladamente, isso é que gostaria de ter ouvido, mas, de facto, ainda bem que o Partido Social Democrata, aproveitando o trabalho do município, porque nem sequer foi a Direção-geral do Território, que só “engataram tudo”, fez aquilo que lhe compete fazer. Houve um outro partido político que também apresentou e foi aprovado, não vale a pena dizer qual, mas o que interessa é que foi por unanimidade e trata-se da correção de uma injustiça, porque as questões administrativas deixam sempre situações menos bem resolvidas.

Esclarece que município não envia estes processos para o grupo parlamentar da maioria CDU, remeteu este processo à Comissão Parlamentar de Ordenamento do Território. É preciso é estar aprovado, e há, ainda, muito trabalho a fazer, com cadastro, com as finanças, para ver se o dinheiro começa a chegar às freguesias que, efetivamente têm aquelas propriedades na sua área territorial.

_ Abate das palmeiras na urbanização Vila Serena, em Pinhal Novo (Questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão da Associação de Moradores da urbanização Vila Serena, recebeu, tal como o Sr. Vereador Carlos Vitorino recebeu e como o Sr. Vereador Pedro Taleço recebeu. Não responderam de imediato com toda a informação que está a ser recolhida, porque considera que se deve fazer uma reunião, o Presidente ou o Sr. Vereador Pedro Taleço, com os moradores, para esclarecer. Refere que conhece bem a Associação de Moradores e, de facto, não têm qualquer registo, nem qualquer nota nos últimos anos, mas ainda bem, pois, não é um problema as pessoas manifestaram-se, e interessa é que tem de ser esclarecido e, portanto, estão disponíveis para essa reunião e depois ser-lhe-á dada informação.

_ Gala dos vinhos da península de Setúbal (3 de maio) (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que foram todos surpreendidos, pelo facto, de a Gala se realizar em Lisboa, trata-se de um concurso de vinhos da Península de Setúbal, não é um concurso de vinhos de Palmela, sendo que Palmela é o único “DO” que existe na Península de Setúbal. Refere que todos os anos em que o concurso foi feito no concelho de Palmela, toda

a logística, o espaço, som e imagem e o prémio para o melhor "DO" de Palmela, é tudo assegurado pelo município e aquilo que solicitaram foi concedido.

Relativamente à estratégia de fazer em Lisboa, parece-lhe bem e depois que se avaliem os resultados. Considera que não é a alteração para Lisboa, que vai resolver o problema da exportação dos vinhos. Ainda assim, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha também poderá acrescentar mais informação.

Certo é que há muita gente de Lisboa, do norte de Lisboa e não só, a vir ao fim de semana a Palmela fazer provas de vinho, a ficarem alojados em Palmela. Porque quando vêm ao concelho de Palmela, não vêm apenas provar o vinho, vêm ver a paisagem, o património e ficam na Quinta do Piloto e em outros alojamentos locais. Há muitas formas e têm de diversificar, para ampliar este contacto com as experiências únicas que têm no território de Palmela. Relativamente à Gala é uma opção da CVRPS, têm uma direção escolhida pelos vitivinicultores e, portanto, as suas decisões estão legitimadas, mas não resulta daqui nenhum desentendimento, nem sequer nenhum desencontro com o município, aliás, nunca houve e julga que também não haverá.

_ Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS) deixa a sua sede em Palmela (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que em relação à saída da CVRPS para a cidade de Setúbal pode haver algum desentendimento, mas essa decisão caberá aos vitivinicultores, aos produtores de vinho, fazerem sentir a sua posição, porque sendo os vitivinicultores, os mais numerosos que alimentam financeiramente a CVRPS, o município não pode embarcar em situações de chantagem, o município não tem de dar instalações. A CVRPS é uma entidade com sustentabilidade financeira, que nunca pediu instalações, por isso, considera que compete aos vitivinicultores associados da CVRPS tomar a posição, o município se considerar que o território foi menos bem tratado nesta matéria, também poderá dizer de sua justiça, mas acha prematuro tirarem alguma conclusão.

_ Parque de Campismo do Pinhal Novo (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão do parque de campismo, teve uma licença de utilização provisória, portanto, não está propriamente ilegal. Recorda que aquele parque de campismo veio para o concelho por ocasião da Expo 98, e veio provisoriamente. Chamava-se, na altura, Parque de Campismo Ecológico Vasco da Gama, porque estava perto de uma zona de Rede Natura 2000, que não permite fazer nada, tem Reserva Ecológica Nacional numa parte dos terrenos que entretanto vieram a adquirir, portanto, o município deu todo o enquadramento para a legalização daquela atividade, para deixar de ser provisório e passar a ser definitivo com licença de utilização. Contudo, quando estava para ser aprovado daquela forma, eis que fazem mais uma "coisa": compraram mais um pedaço de terreno para colocar

uns *bungalows*. Uma das questões que se coloca é: se querem um parque de campismo ou uma zona residencial; porque essa é uma questão de legalidade, existem pessoas que estão lá a passar o fim de semana e outras que começam a utilizar os parques de campismo para residir. Se consultarem o regulamento da Federação de Campismo e Caravanismo, aqueles espaços deviam ser rodados e retirados daquele local de vez em quando; são estas questões que são complicadas.

O que é pretendido pelo município, é que regularizem a situação e, acrescenta que quem a criou a necessidade da estrada alcatroada, numa zona que está em REN e numa estrada que tem um perfil que para ser estrada precisa de terreno desassociado da SARF (Sociedade Agrícola de Rio Frio e de outras entidades, foi o parque de campismo, portanto, quando pagarem as taxas, far-se-á a estrada. Não vai ser o dinheiro dos munícipes do concelho de Palmela a pagar a execução de uma estrada, porque alguém quis fazer um equipamento ou uma fábrica em locais que têm algumas condicionantes. O município está disponível, e até já foi dito na reunião do "Eu participo", para com os proprietários do parque, fazerem uma parceria para a melhoria do acesso.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não foi essa a questão que colocou e desde os 12 anos que faz campismo. Não vai agora, aqui, discutir isso nesses termos, considera que existem ali situações das quais também não concorda, mas os parques de campismo, hoje maioritariamente, tornam-se parques residenciais, com áreas de campismo mais permanentes do que está estabelecido nas regras. Muitas vezes é difícil ir contra estas práticas e têm de inseri-las nestes novos paradigmas e têm de ir ao encontro do que são as novas realidades. Não podem ficar fixados em realidades que já não existem, e depois é verdade que há ali residências ou áreas consideradas quase como residenciais e é contra isso pessoalmente e o PS também é contra essas situações. Houve uma compra de um terreno adjacente que aumenta a área do parque para a colocação de *bungalows* e considera que tudo isso tem que ser pensado e regularizado. A questão que colocou foi: qual era o ponto de situação da legalidade, ou do processo de legalização, e qual o ponto de situação em relação àquela estrada. As outras questões, do parque de campismo ser permanente ou não permanente, são questões que um dia podem vir a discutir.

O **Sr. Presidente** refere que ouviu o Sr. Vereador Raul Cristovão com toda a atenção, as conclusões que tirou das palavras, são da sua responsabilidade, não foi isso que disse, não quis dizer que o Sr. Vereador conhecia ou desconhecia. Entendeu, no entanto, chamar à colação porque quem os ouve, precisa de saber este enquadramento e o Sr. Vereador perguntou qual era o estado do processo, por isso fez esse enquadramento.

Refere que na sequência do enquadramento que fez e que, efetivamente, o proprietário do parque estima que obterá uma autorização da CCDR, tendo em vista poder regularizar com aquela ampliação. O município está a aguardar desde julho de 2017 que os senhores

entreguem documentos. E prosseguindo o raciocínio, sublinha que se já tivesse sido regularizada a situação, possivelmente a estrada já estava feita, porque quem tem de fazer a estrada, são os promotores. Quando alguém faz um loteamento numa área de edificação dispersa, que felizmente vai deixar de poder fazer no próximo PDM, tem de fazer a estrada, ou seriam os impostos dos municípios a ter de pagar essas obras. Existem outros sítios igualmente prioritários, portanto, foi esse o enquadramento que entendeu dar. Ainda assim, reitera o que disse na reunião do "Eu Participo" o proprietário do parque conhece e sabe qual é a proposta da câmara, pelo que as questões estão do lado do promotor.

_ Regulamento de atribuição das bolsas de estudo (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que sobre o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo é intenção da câmara municipal pôr em discussão o regulamento até ao final de junho e naturalmente, poder aprovar oportunamente e irão ter cá o regulamento. Tiveram já uma proposta, mas vão tentar ser mais abrangentes, até nos cursos a privilegiar com esse incentivo e, portanto, em breve, terão essa matéria para discussão e apreciação.

_ Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS) deixa a sua sede em Palmela (Questão colocada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, para complementar o que foi dito pelo Sr. Presidente sobre a deslocação da CVRPS, a Câmara Municipal de Palmela desconhece, oficialmente, qualquer intenção de saída do concelho de Palmela. E considera uma opção natural a realização do concurso, da Gala dos Vinhos da Península de Setúbal na capital do país, isto depois de quase durante 20 anos se ter realizado em Palmela, e como foi aqui já referido pelo Sr. Presidente, com todo o apoio por parte do município e considera natural esta opção, porque pensa que ninguém se promove entre portas e, portanto, a promoção dos vinhos trará, certamente, mais resultados na capital do país e salienta que os produtores do concelho, estão hoje, presentes em vários certames, não só em Lisboa, mas por todo o país e, sobretudo em vários certames de promoção dos vinhos e de promoção turística a nível internacional e é uma decisão da CVRPS, sendo que o município estará aberto a receber novamente o concurso em Palmela, assim haja vontade por parte da Comissão.

Relativamente a eventos que promovam o vinho no concelho de Palmela, faculta vários exemplos, dos quais, o Festival do Moscatel, Palmela Wine Jazz, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, que não sendo a organização da responsabilidade direta da Câmara, são iniciativas que apoiam. Há um conjunto de iniciativas, por exemplo, a Festa das Vindimas, o Festival Queijo, Pão e Vinho, ou seja iniciativas onde os vinhos desta região têm um papel central, em que o município ou organiza os eventos, ou apoia e, portanto, contribuem para aquilo que é a estratégia de desenvolvimento turístico e de valorização deste produto do

concelho. Refere, igualmente, que ainda não perdeu a esperança de ouvir o Sr. Vereador Raul Cristovão congratular-se com o trabalho que é realizado ao nível do desenvolvimento turístico do concelho e com alguma imodéstia, refere que o município de Palmela tem tido um papel muito importante, no ano passado, atingiram as cem mil dormidas, naquilo que foi o maior ano turístico de sempre no concelho, portanto, a isso deve-se, não só ao trabalho das adegas, dos produtores de vinho, mas, sobretudo também, dos agentes de restauração e hotelaria, das empresas de animação turística não só das locais, mas daquelas que têm vindo para o território de Palmela e que encontraram aqui potencial para desenvolverem o seus negócios e como tal, trazem mais visitantes ao nosso território. Também, não é por acaso que a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, foi recentemente eleita para a presidência da Associação da Rota de Vinhos de Portugal. Este é um projeto que é apoiado pelo Turismo de Portugal e, naturalmente, quando esta associação é convidada para encabeçar um projeto com esta dimensão nacional, é porque há, de facto, um reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito ao longo dos anos, que tem dado frutos, que tem contribuído, não só para a valorização do vinho e da vinha, do mundo rural, mas também, para a dinamização da economia local e para a atratividade turística do concelho de Palmela. Portanto, algumas das iniciativas que têm vindo a realizar-se e que são da responsabilidade, também, da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, e vale a pena referir a dinâmica acrescida por parte dos promotores da região de Palmela, por parte das nossas adegas e, sobretudo, por parte de várias empresas que o município tem tido a capacidade de atrair para o território, para aqui investir e trazerem turistas ao concelho de Palmela.

Questão apresentada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha

• **Saudação (Ricardo Reis) apresentada numa anterior reunião de Câmara – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, relativamente à Saudação que foi aqui apresentada pelos Srs. Vereadores do PS e que aprovaram recentemente em reunião de câmara por unanimidade, uma saudação ao atleta Ricardo Reis, sublinha que não estando em causa a dedicação, o esforço e o empenho do atleta, gostaria de fazer uns considerandos. Constava nessa mesma saudação referências a títulos que, nos suscitaram reservas, segundo várias informações que nos chegaram, e solicita à bancada do PS, que pudesse confirmar esses resultados, nomeadamente, os resultados que têm a ver com títulos nacionais alcançados por esse atleta. Isto para que este órgão, no fundo, com a dignificação que merece, naturalmente aprovem saudações deste tipo e que vão ao encontro daquilo que deve fazer, ou seja, com rigor, com exatidão. Sublinha novamente, que não está em causa o mérito, o empenho e a dedicação do atleta, mas gostava, logo que possível, que pudessem confirmar esses resultados.

O **Sr. Presidente** refere que a deliberação foi tomada e bem tomada, na sua opinião, até porque no parágrafo deliberativo, saudava-se o esforço do atleta, mas, de facto, se há questões

a corrigir, tal como se corrige numa ata, numa proposta, também se deve corrigir os restantes documentos.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** agradece ao Sr. Vereador Luis Miguel Calha, relativamente à questão agora colocada, refere que o currículo de algumas provas que foram referidas e que estão plasmadas na dita saudação foram o resultado de um currículo que fizeram chegar. Portanto, tudo o que salientou, seriam, no seu entendimento, as provas mais marcantes, o currículo em si, tem muitas mais provas e classificações e tem aqui em documento, devidamente assinado por quem o enviou e foi com base nesse currículo, que feita aquela saudação, e tal como o Sr. Presidente referiu, não em relação a uma prova, a um resultado, mas a um esforço, que já data desde 1999, mas foi com base na dedicação e esforço em relação ao atleta. Poderia até nem ter sido posto nada sobre o currículo, mas se existem algumas situações que levantam dúvidas, irão esclarecer, porque, obviamente, não estão aqui para apresentar situações, que não sejam reais ou verdadeiras. Portanto, assim fará, irão confirmar, aliás, confirmaram aqueles dados e foi com base naqueles dados, e fez a saudação depois de confirmar com algumas pessoas, aqueles dados. Ainda assim, se estiverem algumas situações que se confirme que não são de acordo com o que foi plasmado, farão, como o Sr. Presidente referiu, farão uma emenda, contudo, refere que não está em causa, o esforço e dedicação do atleta Ricardo Reis, mas também, não querem estar a aprovar saudações ou outras, com afirmações que não sejam reais e, no mínimo, farão isso com cuidado que estão sempre aqui, a falar sobre todos os assuntos, com seriedade, independentemente das opções e posições de cada um.

Questão apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino

• **Transmissão em direto da reunião de câmara do dia de hoje – problemas com o som** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** alerta para uma situação que acabou de tomar conhecimento, de um munícipe que está a acompanhar a sessão, que comunicou que está com problemas relativamente ao som.

O **Sr. Presidente** refere que a situação já está resolvida.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

PROPOSTA N.º DADO 01_10-18:

«A 1.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 tem por objetivo a inscrição no Orçamento do saldo da gerência de 2017 e efetuar diversos ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental do primeiro trimestre.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2017, no valor de 6.148.755,84 € (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos).

Efetuaram-se reforços no valor global de 191.667€ (cento e noventa e um mil, seiscentos e sessenta e sete euros) e anulações no valor global de 374.586€ (trezentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis euros) nas rubricas de transferências correntes e de capital provenientes de financiamentos externos, ajustando o valor da comparticipação de diversas ações a receber em 2018 à sua reprogramação física e financeira.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reposição de verbas utilizadas nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Alterações ao Orçamento;
- Alterações às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação inicial definida de 28,6 milhões de euros passam, após esta Revisão, a dispor de uma dotação no valor de 34,1 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Instalações Municipais», com inclusão de nova ação «Edifícios Municipais – Aquisição de Equipamento»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas»;

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Informação/Comunicação»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Sistemas de Informação»;

Funções Sociais:

- Inclusão de nova ação «Resolução de Patologias nas Salas de Pré-Escolar de Aires»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Ação Socioeducativa e Pedagógica»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Ação Social Escolar e Transporte»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Rede de Distribuição (Água)»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Furos de Captação e Estações de Tratamento»;
- Reforço da dotação da ação «Limpeza Urbana»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços Verdes/Paisagismo»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Conservação/Gestão e Animação do Castelo»;
- Inclusão de nova ação «Sítios Arqueológicos – Grutas de Quinta do Anjo»;
- Inclusão de novo projeto com a designação «Património Edificada» para acomodar a ação «Tratamento do Busto de José Maria dos Santos»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos»;

Funções Económicas:

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Melhorar a Rede Viária Municipal»
- Inclusão de nova ação «Mercados de Produtores Locais do Concelho de Palmela»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Promoção Turística», com inclusão de nova ação «Projeto ALMENARA»;
- Inclusão de nova ação «Requalificação da Baixa Comercial de Águas de Moura»;
- Inclusão de nova ação «Criação de Redes Wifi nas Comunidades Rurais»;

Outras Funções:

- Reforço da dotação da ação «Aquisição de Terrenos».

O total do Orçamento após a 1.ª Revisão é de 55.224.700,84 € (cinquenta e cinco milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos euros e oitenta e quatro cêntimos) que representa um acréscimo de 12,11% relativamente ao Orçamento atual.

Nos termos do nº 1, do artigo 104º, da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para o ano 2018), o saldo gerência de 2017 financia 4.456.130,84€ do reforço em despesas correntes agora proposto.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se**, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

Sobre a proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 numerada DADO 01_10-18 intervêm:

O **Sr. Presidente** adiciona as seguintes explicações:

. Esta 1.ª revisão tem como objetivo a inscrição no Orçamento do saldo de gerência de 2017, integralmente, e efetuar diversos ajustamentos por opção programática ou decorrente da avaliação da execução orçamental do primeiro trimestre.

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2017 no valor de 6.148.755,84 €. Depois, efetuaram-se reforços no valor de 191.667 € e anulações no valor global de 374.586 €, sobretudo, nas rubricas de transferências correntes e de capital, no que diz respeito a financiamentos externos, ajustando o valor da comparticipação de diversas ações a receber em 2018 à sua reprogramação física e financeira, ou seja, o Centro de Saúde só agora começou e para as encostas do Castelo, ainda estão, neste momento, com o concurso para a fiscalização, porque tem de ser uma empresa externa a fazer essa fiscalização, portanto, implica sempre uma reprogramação.

Uma vez que este documento é extenso e tem uma parafernália de números e classificações, irá procurar antecipar algumas questões, no sentido de esclarecer ou destacar o que é mais significativo. Nas rubricas que se encontravam a definir, no documento inicial, estavam vários milhões a definir, porque já contavam com este saldo, e nessas rubricas há um reforço de 4,8 milhões de euros, para poderem, efetivamente, lançar os procedimentos e as empreitadas e fazer os pagamentos que são devidos. Também há vários reforços, pequenos reforços, que se distribuem por inúmeras rubricas do orçamento e estão relacionados com os encargos transitados do ano anterior, da faturação em conferência, por exemplo. Por outro lado, estão a repor as verbas que utilizaram na 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Alterações ao Orçamento. Trata-se de um reforço de 946 mil euros, quase 1 milhão, porque na rubrica dos transportes escolares tiraram 132.600 euros e estão a repor; dos 56.200 euros para auxílios económicos, estão a repor; Simarsul 484 mil euros, estão a repor; na iluminação pública 242 mil euros, estão a repor; dos 31 mil euros, para acidentes em serviço e doenças profissionais, também estão a repor. Refere que por não ser fácil encontrar na presente documentação, por estar muito detalhado, informa que nas despesas de pessoal, também, há dezenas de acertos que estão relacionados com mobilidades internas, ou seja, quando um trabalhador sai de uma unidade orgânica para outra, o seu salário sai dessa unidade orgânica e vai para outra classificação, para outra unidade, assim como as respetivas contribuições e outras questões que estão dependentes da massa salarial. Também há reforços no valor global de 455 mil euros, no pessoal e que ficam a dever-

se ao seguinte: 72 mil euros por causa do aumento da retribuição mínima mensal garantida, que na autarquia ainda têm 190 trabalhadores nessa situação; 285 mil euros, para reforço das dotações afetadas pelo aumento da hora do trabalho suplementar, portanto, é preciso ter isso em consideração, no orçamento inicial, não conseguindo, enfim, tinham de fechar o orçamento e fizeram-no com base nos valores da média dos últimos anos, contudo, tiveram, agora, que recolocar o valor que tem a ver com a reposição desse direito. Depois, 98 mil euros para reposição de verbas utilizadas nas anteriores alterações orçamentais.

Nas Grandes Opções do Plano, destaca que passa de 28,6 milhões para 34,1 milhões de euros. Na rubrica das funções gerais, e referentes aos edifícios municipais, há reforços, para a reabilitação de várias instalações de trabalho; há, também reforços para reparações e ações de conservação anuais em edifícios, limpeza de caleiras, substituição de vidros partidos, reparação de aparelhos de ar condicionado, portas e janelas, enfim, têm reprogramações para 2019 e 2020 e 2021, com uma verba e têm, igualmente, reforço para a aquisição de equipamento AVAC, para a Divisão de Administração Urbanística e, por fim, reforços para reparações e aquisição de alguns materiais para os espaços de refeições dos serviços operacionais.

Nas ações do projeto de aquisição e reparação de máquinas e viaturas, para além de uma reposição de uma verba de 103 mil euros que haviam retirado nas alterações ou tinham estimado, um pouco mais abaixo, estava a definir, estão a fazer reforços para grandes reparações e veículos especiais de limpeza urbana, e dado o tipo de viaturas, por mais que tentem, não se consegue fazer internamente, nem os *timings* são compagináveis, por isso, muitas dessas reparações são entregues ao exterior, mas têm verba com mais um reforço de 15 mil euros, mais 20 mil euros para a aquisição de peças, também para essas viaturas e outras, para a conservação de viaturas por administração direta; mais 57 mil euros, para permitir diversas reparações da frota municipal; 13.500 € para aluguer de viaturas e aquisição de serviços de limpeza de viaturas, porque, de facto, quando não têm ninguém ou há baixas prolongadas, não há autocarros limpos, pelo que são obrigados a fazer essa limpeza no exterior.

No projeto de informação e comunicação, vários e pequenos reforços, para encargos transitados em relação à necessidade de impressão de separatas para o boletim municipal, ultimamente têm publicado as deliberações de reuniões de Câmara, por exemplo, das atribuições de subsídios. Destaca uma verba mais significativa, aliás, várias verbas de 7.500€ para materiais promocionais, porque, se querem promover o concelho, precisam de ter estes materiais disponíveis em várias línguas. Têm, também, um reforço para a promoção de iniciativas, como por exemplo, para a campanha de voluntariado para as Associações de Bombeiros, *outdoors*, até já têm o layout para o cartão municipal do bombeiro e, portanto, ainda haverão de discutir essa matéria. Um reforço para a aquisição de ofertas institucionais e uma verba mais significativa de 39 mil euros para publicidade. Esclarece que esta está relacionada com pagamento em dação, ou seja, há duas empresas com dívidas ao município e

que, no âmbito da negociação ocorrida, aquilo que conseguiram pagar e outras, para não haver prescrição, foi feito um acordo, e para receberem em dação, tem de constar em Orçamento, como se fossem comprar, só que não vai haver transferência de dinheiro, vai retirar a parte que têm a receber. Na prática o que estão a solicitar a estas empresas e que há muito que queriam ter no concelho, são mupis digitais, em particular para Palmela e Pinhal Novo numa 1ª fase e depois outros mupis para outras localidades do concelho e essa foi a forma que encontraram para recuperar esse dinheiro. Nos sistemas de informação, num contínuo investimento que requer reforço de verbas, por exemplo, 14 mil euros para aquisição de aplicações, para tratamento de faturas eletrónicas; Mais uma verba para aquisição de um conector entre a aplicação de faturação eletrónica e as aplicações da Medidata; Mais 10 mil euros para aquisição de equipamento informático; 7.000 € para pagamento de equipamentos instalados no datacenter, e depois uma verba mais substancial de 17.200 € e 11.000 € para o sistema de gestão de proteção de dados pessoais, por obrigação legal, pois entra agora em maio, e é preciso ter, para além de uma aquisição de serviços que estão a fazer, nos regulamentos e procedimentos internos, é preciso uma aplicação que garanta que não descurem, porque o município relaciona-se com milhares de pessoas, que têm milhares de processos, desde as faturas da água, urbanismo, exposições, reclamações, enfim, que todos esses dados possam ser, efetivamente, protegidos e não sejam partilhados por mais ninguém.

Na resolução de patologias em salas do pré-escolar, em Aires, há uma verba, um reforço de 11 mil euros para resolver os problemas da cobertura e também outra verba desta natureza para o pré-escolar em Aires, é reposta uma verba que estava a definir no valor de 253 mil euros. A necessidade de prolongar o aluguer de monoblocos na Escola Matos Fortuna, foi previsto até setembro e a empreitada vai até ao final do ano, porque a calendarização aponta para isso.

Destaca uma forte componente de investimento, na substituição de superfícies de impacto, nas escolas, porque, não têm escola nenhuma que não tenha excelentes espaços de jogo e de recreio e procuram modernizar esses espaços e este investimento vale a pena porque está assente na segurança das crianças. Escolas como a Zeca Afonso em Pinhal Novo, em Brejos do Assa, Batudes, enfim, um reforço de verbas, também, nesta área da educação, para aquisição de equipamento informático e até para as escolas que vão ter mais salas, 43.900€ para mobiliário para uma nova sala do pré-escolar em Aires e para equipamento de frio na Escola Alberto Valente, enfim, depois também, várias reparações.

Para o projeto de ação socioeducativa e pedagógica, destaca o que foi uma opção de mandato, relacionado com um reforço de 80.000 € para o município poder oferecer as fichas de trabalho a todos os alunos/as do 1º ciclo do ensino básico e, portanto, houve necessidade desse reforço. Um outro pequeno reforço, para as atividades de animação na educação pré-escolar, porque felizmente, aumentou o número de alunos. Um reforço de 67.400€ para a concretização das ações previstas no âmbito do plano inovador combate ao insucesso escolar e ainda 15.000 € para a 1.ª fase de atribuição de bolsas de estudo.

Nos transportes escolares, estão a repor verbas que haviam retirado e nas refeições estão a aumentar, porque vão aumentar o preço que virá no caderno de encargos, o preço base muito mais acima do que aquele que era praticado, ou seja, com esta medida procuram que venham outras empresas a jogo.

Na rede de distribuição de água que por enquanto não têm candidaturas, nem avisos, mas têm expectativa que possa haver algum financiamento, ainda assim, têm muitas intervenções e remodelações para fazer, nomeadamente, no Bairro dos Marinheiros, na Rua da Esperança, montagem de válvulas redutoras de pressão em vários pontos do concelho, porque muitas das vezes algumas ruturas ocorrem por nalguns sítios, haver uma pressão muito elevada. Prolongamento de rede para abastecimento à ETAR da Simarsul, em Águas de Moura, a Simarsul vai pagar, mas tem de ser o município a contratar na empreitada. Também, mais intervenções, de caixas para instalação de contadores em vários pontos do concelho, até para a contabilização dos consumos próprios, porque o município tem muitos espaços ajardinados que têm as ligações diretas à rede, feitas pelo promotor há muitos anos e esta preocupação dos últimos anos, da chamada água não faturada, deixa o município mal classificado, dá a sensação que andam a esbanjar água e está na altura de começar a contar, já montaram alguns no mandato anterior, mas ainda têm muitas para montar, por outro lado, também irão fazer uma intervenção de remodelação, na rede de nós, na zona Norte de Pinhal Novo, tal como aconteceu a Sul.

Relativamente a furos de captação e estações de tratamento, têm vários reforços, porque precisam de ir sendo reabilitados, são muitos e já têm alguns anos. Exemplifica com a recuperação do reservatório do Flórido com 15.000 €, desmontagem de furos, o F3 de Vila Serena, substituição de grupos eletrobomba submersíveis, enfim, estão a fazer investimentos para prevenir colapsos em algumas zonas, embora, neste momento, quase todas as zonas estão ligadas em anel e em rede, havendo uma quebra num lado, permite o abastecimento por outra via.

Na limpeza urbana, têm alguns reforços para a contratação de serviços e estão a fazê-lo para o apoio às festas locais, porque os funcionários são poucos e não podem ir trabalhar de madrugada para limpar os espaços dos eventos e depois, estar às 8 da manhã a fazer a zona que lhe está atribuída na limpeza nessa localidade, portanto, é um custo que faz questão que, no futuro, venha também a ser estimado nas propostas de apoio aos eventos, porque têm que recorrer a empresas que trabalham com o município, até para se perceber o impacto que isto tem, há muito mais produção de resíduos, há muito mais necessidade de limpeza, para além disso. Estão a trabalhar na questão da floresta, já fizeram um reforço para a limpeza e desmatação de terrenos, mas para os terrenos que não floresta, estão em perímetro urbano, com as questões coercivas, fiscalização, serviço municipal de proteção civil, há situações que não têm outra hipótese, se não fazer com estas aquisições de serviços.

Para o espaço verde e paisagismo há um reforço de 410 mil euros, 38 mil euros para reforçar a verba que já lá estava, para permitir o lançamento do procedimento para a reabilitação de espaços exteriores dos logradouros nas traseiras da Rua 25 de Abril e Rua Infante Dom Henrique em Pinhal Novo, uma obra há muito prometida e que, ultimamente, com as questões do estacionamento, acabou por criar uma outra prioridade; aquisição de acessórios para rega, herbicidas, flores de época, instalações de rede de rega em alguns jardins cujos sistemas estão avariados e, portanto, têm que investir progressivamente, nesses espaços. Verba, também, para remoção de árvores, abate de árvores, algumas não são possíveis de realizar com os serviços municipais, e exemplifica com o Parque Venâncio Ribeiro da Costa, têm 3 exemplares em perigo, para remover e que por ser tão complexo, estão com dificuldades em encontrar uma empresa que o queira fazer. Também a reabilitação do Jardim José Maria dos Santos, também é reforçado, porque esperam, que no 2º semestre, possam lançar a obra; Os arranjos exteriores da Praceta João Coelho Possante, estava prevista parte significativa da verba para 2019, mas estão a antecipar, considera haver condições para lançar o procedimento. Um reforço, também, para os espaços exteriores em Fernando Pó, cujo *layout* do projeto vão apresentar na Mostra de Vinhos. E, não menos importante, 50.000 € para aquisição de 3 equipamentos de limpeza, aspiradores e maquinaria diversa para as brigadas de Divisão de Espaço Público, que procurarão distribuir por 3 freguesias que têm mais necessidade deste equipamento. Depois reforços para acompanhamento arqueológico em várias obras no centro histórico, para um projeto de abrigo de gatos, com um projeto de uma colónia que vão experimentar e também, um reforço para o programa cheque-veterinário, no qual já haviam colocado verba, mas estão agora, a reforçar. Também um reforço de mais 100 mil euros para acompanhamento arqueológico, conservação e restauro da obra de intervenção de natureza estrutural, para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela, foi adjudicada numa verba, cerca de 2.100.000 €, mas a empreitada é de 2.800.000 €, porque têm os projetos, todos estes acompanhamentos que fazem parte da obra, mas são empreitadas à parte. Aliás, vão reforçar com 10 mil euros, para um novo estudo com o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), sobre a estabilidade da Torre de Menagem e de mais alguns espaços no Castelo.

No que respeita aos sítios arqueológicos, as Grutas de Quinta do Anjo têm aqui reforços já para anos seguintes, na perspetiva de levar à estampa monografias sobre aquele trabalho. Refere que esta monografia vai permitir verificar como foi importante aquela obra de reabilitação daquele espaço, fazer de novo escavações arqueológicas e tratamento daqueles espólios, porque não eram mexidos há cerca de 90 anos. Também têm uma pequena verba para o tratamento do busto de José Maria dos Santos, porque de vez em quando é mal tratado.

Relativamente às ações do projeto para espaços de jogo e recreio e polidesportivos, destaca que no concelho existem vários polidesportivos, feitos com materiais diversos, com opções técnicas diversas, ao longo de dezenas de anos, e hoje, com novas exigências, pelo que vão

começar pelo que está em pior estado de conservação, que é o polidesportivo 1º de maio em Pinhal Novo, dado que outros, até têm outras utilizações mais festivas, do que propriamente desportivas. Neste âmbito, têm também reforços para a conservação do espaço de jogo e recreio de Vila Serena, no Firmino Camolas em Palmela, no Jardim de Cabanas, com painéis informativos. É urgentíssima substituição do brinquedo e do piso, do espaço de jogo e recreio da Terra do Pão, aliás, solicita aos serviços municipais que comecem mesmo por aqui. Por último, mais 100 mil euros para a obra de requalificação do antigo polidesportivo do Poceirão, porque quando colocaram esta obra em orçamento, não tinham ainda tomado a opção de colocar AVAC naquele equipamento, mas como a candidatura foi aprovada e contempla também essa possibilidade, vão reforçar por causa disso.

Para melhorar a rede viária municipal, os reforços são para intervenções por administração direta, reforços para revisão de preços, esta última, porque quando os preços do INE são publicados relativamente àquele ano, podem pedir a revisão dos preços e, portanto, das estradas que fizeram, entre elas a Estrada Abel Ferreira, a Luis Cipriano, a EM 533, têm que acautelar uma verba, neste caso de 10 mil euros, porque, de facto vai haver revisão de preços, como tem vindo a acontecer. Há também acertos para os contratos interadministrativos com as juntas e há também reforço para a pavimentação do troço da Rua da Beira Litoral, em Brejos dos Carreiros, pois a intervenção fica mais cara do que inicialmente previsto; também para a pavimentação da Rua da Sociedade na Lagoinha e não têm mais, porque já têm em orçamento um conjunto de intervenções, muitas delas decorrentes do "Eu participo", que têm orçamento respetivo.

Realça uma nova ação, referente aos mercados de produtores locais do concelho de Palmela, pois o município apresentou no dia 30 de abril, uma candidatura relacionada com a cadeia e os circuitos curtos e os mercados de produtores e, na prática vão procurar verbas para melhorar esses pontos de venda de produtos tradicionais, nomeadamente a reabilitação do mercado de Quinta do Anjo, bancas, toldos, para o próprio mercado de produtores de Pinhal Novo, sobretudo com coberturas e toldos, com deslocalização de alguns locais, em Palmela com a uniformização dos *stands* e dos toldos.

Para além das ações de promoção, na promoção turística, volta ao projeto Almenara, ou seja para a outra dimensão do projeto, com reforços para novas edições bilingues, do dístico de estabelecimento recomendado, que é um processo no qual estão a trabalhar e para o qual terão um regulamento também. A dinamização do novo *site* de turismo, *merchandising*, a promoção do Wine Jazz, etc.. Ainda em relação ao projeto Almenara, a produção de alguns materiais e de alguns conceitos de farm trip Almenara e filmes multimédia que depois serão passados no Castelo, para que as pessoas percebam a evocação e o que é o Almenara. Também, têm aqui, encargos transitados dos anos anteriores da fatura do Pra-Arrábida, umas de Quinta do Anjo, outras do Alto da Queimada, onde houve intervenções; para a baixa comercial da Águas de Moura, um pequeno reforço, porque havendo o compromisso do terreno

e praticamente cumprido do acesso à baixa comercial de Águas de Moura, no plano, que diz respeito à melhoria do acesso, da acessibilidade e segurança e conforto, falta agora a componente de dinamização comercial e, portanto, destina-se a adquirir painéis, mupis informativos de apelo às compras no comércio local, de apelo ao respeito pelos limites de velocidade.

Destaca a inclusão de uma nova ação, a criação da rede Wi-Fi nas comunidades rurais, aproveitando um programa comunitário que, para além dos sítios que hoje já têm rede Wi-Fi, apostam nas comunidades rurais, aliás, em termos de redes dos operadores, as empresas desta região muito se tem queixado, porque têm sempre grandes dificuldades no sinal da rede e, portanto, vão apresentar também esta opção.

Dá nota de um reforço, também significativo, para aquisição de terrenos, ou seja, está relacionado, não só com terrenos de processos que estão a regularizar para virem à posse do município, mas com a intenção de aquisição de terrenos para a realização de alguns projetos, nomeadamente na freguesia de Quinta do Anjo, espaços que fazem falta ao espaço público.

Esclarece que procurou dar aqui alguma panorâmica, para que este documento não fosse só números, rubricas e códigos orçamentais, portanto, o Orçamento, após a 1ª revisão, vai atingir os 55 milhões de euros, e como podem observar, neste dinheiro do saldo, procuraram reservá-lo para este volume de investimentos dos fundos. Ao valor do empréstimo de 4 milhões de euros, há também algumas garantias bancárias, mas isso é para as obras em substituição dos promotores que são situações que estão a fazer no dia-a-dia.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que muito rapidamente e depois da muito pormenorizada explanação da proposta feita pelo Sr. Presidente, considera que é uma proposta que vem no seguimento, do Orçamento que foi apresentado, com as movimentações necessárias operacionais e com algum esforço em áreas que concorda, nomeadamente no reforço na área social.

Considera que há questões que vêm no seguimento da opção que foi feita no orçamento, com o qual, na altura, a Bancada do PS manifestou a diferença, continuam a concordar com algumas questões, nomeadamente com a questão da divulgação em bilingue das atividades que acontecem no concelho, o *site* e nas áreas do turismo. Revela que muitas das vezes a insatisfação que demonstram, em muitos casos, é fruto de acharem que se vai devagar demais, por exemplo no reforço de 80 mil euros para as fichas de trabalho, a proposta do PS ia muito mais além, era para a oferta dos livros e dos manuais escolares, portanto, mesmo estando de acordo, não satisfaz porque não coincide com o que propuseram.

Mais uma questão, neste caso relacionada com o investimento nas infraestruturas rodoviárias, nomeadamente a Estrada Municipal 533 com mais 50 mil euros, para a qual estão cansados de reafirmar que desde que começou o processo, de renovação dessa Estrada Municipal, com parcelas de 50 mil euros, consideram que não é a melhor solução. É melhor que nada, mas não

é a melhor solução, pois consideram que a Estrada merece um investimento maior, mais continuado e mais rápido, porque correm o risco de chegar ao fim e estar, outra vez a ter que voltar ao início. Depois, isto vai ao encontro do que ouviram nos orçamentos participativos, que é a necessidade de se criar um plano de infraestruturas rodoviárias que tenha princípio, meio e fim, com objetivos claros, para que não seja só fruto de reivindicações temporais e locais, mas que seja algo discutido com todos e entre todos, com as populações, com as juntas de freguesia, com a Assembleia Municipal e com a Câmara, para definir esse plano de investimento nas infraestruturas rodoviárias, enfim, para que efetivamente se consiga resolver alguns problemas, que já se arrastam há demasiado tempo e que vão continuar a arrastar-se se mantiverem esta forma de investir. Nesta matéria estão em desacordo e irão continuar a estar em desacordo, se não houver alteração a metodologia de trabalho.

Relativamente à questão da incubadora de empresas, por exemplo, já em 2016 no dia 4 maio, na reunião ordinária, noutras funções, estava aqui a inscrição de uma nova ação de instalação de incubadora de empresas e em 2018, continua aqui, por isso, acha que é preciso mais dinâmica. Trata-se de um bom projeto, um projeto que apoiam, mas é um projeto, mas considera que, para além de ter de ser generalizado, tem de ser intensificado, porque correm o risco de amanhã, quando estiver a funcionar a 100%, já haver outras metodologias e outras formas de apoiar estas empresas.

Em relação à integração do saldo de gerência é normal e, portanto, tem de ser feita e o que consideram, juntamente com os 9 milhões, de possibilidade de endividamento e com as tais garantias, poderiam ter, a tal planificação estratégica sustentável, em termos de Ambiente, mas também sustentável, em termos financeiros, para que todos pudessem perceber para onde é que queriam ir e da forma como havia de lá chegar. Esse plano estratégico já foi referido na última reunião e para o PS é muito importante, a própria lei fala em planeamento estratégico e financeiro, em planeamento estratégico sustentável e questiona, se o município tem essa sustentabilidade, o porquê dessa resistência em fazer esse planeamento estratégico, para definirem os trilhos que devem seguir no futuro, que concelho, querem no futuro. Portanto, esta é uma das questões que os divide e vai dividir ao longo do mandato.

Conclui que há reforços em áreas importantes, mas seguindo a votação que já manifestaram no Orçamento e não há, aqui, grandes alterações, as opções são mais ou menos idênticas, a bancada do PS vai-se abster.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que, em primeiro lugar, teve alguma dificuldade em poder analisar a documentação, uma vez que a mesma lhe entregue em cima da hora. Sabe que a razão do atraso que foi comunicada, por ter sido feriado, foi comunicado e justificado, mas, a verdade é que fica sempre, com pouco tempo para a análise do documento.

Relativamente ao documento, regista um acréscimo de 12,11% apresentado, referente, nomeadamente, a algumas obras, algumas ações que não tendo sido realizadas no ano

transato, transitaram para o presente ano e refere também que esta proposta mantém, no fundo, as mesmas opções políticas da maioria, das quais já discordaram, pelo que a coligação Palmela Mais, irá votar contra, de acordo, aliás, com o sentido de voto do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, aquando da votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que também não teve muito tempo para a análise da documentação, mas do que conseguiu examinar, não viu nada que se pudesse opor, portanto, manifesta que o sentido de voto do MIM é a favor da proposta.

O **Sr. Presidente** refere que compreende, naturalmente o posicionamento de cada uma das bancadas, que considera como um posicionamento de princípio. No entanto, entende contraditar algumas questões que foram referidas, desde logo, a questão dos manuais, e recorda a bancada do PS que introduziu na campanha eleitoral uma matéria cuja digladiação considera injusta, porque a questão da oferta dos manuais escolares, quando constitucionalmente e legalmente, é matéria que compete ao Ministério da Educação e, por isso, com coerência, várias bancadas na Assembleia da República sempre propuseram a generalização da oferta dos manuais escolares gratuitos, pelo menos até ao 9.º ano de escolaridade. Recorda, ainda, que quando debateram esta matéria, as informações que tinha, é que isto fazia parte do acordo feito com os partidos à esquerda do PS que, com coerência, voltaram a apresentar essa proposta para que em 2018 e 2019 pudesse haver manuais gratuitos até ao 9.º ano, contudo não foi aceite, mas foi aceite para o 5.º e 6.º ano. Portanto, o que agora colocam nesta proposta, são 80, 85 mil euros, para já reforçaram apenas com 80 mil euros, e consideram que é um esforço excelente, que vai ao encontro do objetivo de apoio às famílias na área social.

Refere que procuram, naturalmente, aprofundar estas práticas, sem contudo, desfocar aquilo que deve ser o trabalho das autarquias, que têm planos de infraestruturas estratégicos para fazer, que têm estradas para fazer, que tem ainda muita coisa no concelho, que é diferente dos outros, em termos de ordenamento território, na dispersão, geográfica com quilómetros de rede viária, que não pode andar a distribuir *tablet's* como outros fazem. Portanto, considera que o município está no caminho correto e, até têm trabalhado nesta matéria em conjunto com os senhores vereadores.

Relativamente à incubadora de empresas, recorda que acabaram de aprovar na Assembleia Municipal no dia 26, o regulamento, portanto, a partir de agora irão ter inscrições e reafirma que já estão instaladas no espaço, em Pinhal Novo, três empresas. Refere que a primeira prioridade e esteve na semana passada no local com a polícia com os senhores de uma entidade bancária, para a colocação de uma caixa multibanco no espaço da incubadora em Pinhal Novo, que serve toda a zona sul do Pinhal Novo. Acrescenta que é impressionante ao que as autarquias têm de se sujeitar, têm que ser as autarquias a fazer tudo e pagar tudo. A

mesma situação acontece com a área do centro histórico de Palmela e também já andam a pensar em relação ao Bairro Alentejano, porque são locais que ficaram desprovidos da existência de caixas multibanco. Em relação à incubadora, vão agora avançar com o plano de divulgação, certamente, vão ter muita gente que já se pode lá instalar sem as obras estarem todas feitas.

Refere a toda a vereação da oposição que compreende o facto de dizerem que a questão das incubadoras já constava nas propostas de outros anos, mas realça e considera que é sinal de inteligência procurarem enquadramento para ir buscar verba a candidaturas, na questão dos mercados locais, tiveram à espera que abrisse, na incubadora de empresas a mesma situação. Manifesta pouca esperança, porque a CCDR, relativamente às DLBC Urbana (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) ninguém se entende.

Esclarece o Sr. Vereador Raul Cristóvão, que o município já tem um plano de repavimentações e melhorias da rede viária do concelho, estão a implementá-lo. Pretende-se implementar na estrada 533 a 533-1, a circular Sul, a circular Norte, a estrada da Autoeuropa, o resto da estrada dos Barris, têm isso tudo planeado e orçamentado, mas continuam à espera que passem das palavras aos atos, porque foi negociado com a Associação Nacional de Municípios, um apoio extraordinário para municípios, como o município de Palmela, que têm importantes atividades económicas e que hoje têm um tráfego intensíssimo e pesado. Esse tráfego não deveria andar nas estradas municipais a estragar, porque as estradas municipais, são estradas que têm outro perfil.

Revela que sobre estas matérias, tem uma audiência urgentíssima solicitar ao Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, sobre as variantes, a questão da circular da Autoeuropa, portanto, repete que o município tem esse plano e talvez, antes do final do ano, possam ter aqui novidades, porque isto vai requerer que para determinadas empreitadas desta natureza, vão ter que contrair empréstimos. Considera que se não fosse o trabalho com planeamento e importância, que foi feito, hoje a autarquia de Palmela estava impedida de se propor a candidaturas, até porque existem municípios que não conseguem ter um volume de investimento nas candidaturas, como a autarquia de Palmela tem, porque, neste momento, não têm capacidade. Esse dinheiro há-de ser empregue em investimento e não em despesa corrente. E todos sabem que depois do investimento, irão ter despesa corrente, porque os equipamentos precisam de abrir, as estradas precisam de conservação e, portanto, vamos ter mais despesa corrente. Refere que tem grande expectativa na nova Lei das Finanças Locais, ouvia-se dizer antes que vinha um envelope financeiro, agora já é uma mochila, espera que seja uma daquelas de campismo, das grandes.

Em resposta ao Sr. Vereador Carlos Vitorino, o **Sr. Presidente** refere que não é verdade que sejam obras transitadas, há aqui muita obra nova e a obra que está planeada. No conjunto de candidaturas, precisam de as ter no Plano, para ir fazendo projetos porque, quando se

candidatam, têm que ter um projeto base, para não terem nenhuma surpresa desagradável e mais de 50% das candidaturas já foram aprovadas e ainda vão ser apresentadas até outubro de 2018. Se o Sr. Secretário de Estado deliberou essa dilação do prazo é porque sabe que o país e a região não conseguem fazer num ano o que era para fazer em quatro anos, porque, de facto, há projetos complexos e há também obras novas, das quais até anteciparam algumas e possivelmente, dentro de alguns meses, irão reprogramar outras.

Conclui, que percebe que são, naturalmente, posições de princípio, agradece também a disponibilidade para a compreensão desta proposta, que é, no fundo, aprovar aquilo que é fundamental e estratégico.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Raul Cristovão, Pedro Taleço e António Braz, e o voto contra do Sr. Vereador Carlos Vitorino. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Protocolo de Cooperação entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Município de Palmela no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

PROPOSTA N.º SMPC 01_10-18:

«Considerando que a estratégia nacional de defesa da floresta contra incêndios, inserindo-se num contexto alargado de ambiente e ordenamento do território, de desenvolvimento rural e de proteção civil, assume duas dimensões fundamentais: a defesa das pessoas e dos bens e a defesa dos recursos florestais.

Considerando que a implementação desta estratégia implica a consciencialização e responsabilização de todos, Governo, administração central, autarquias locais e cidadãos, convergindo os respetivos esforços e ações articulados para alcançar o mesmo desígnio comum.

Considerando que o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, apresenta o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios como um modelo ativo, dinâmico e integrado, nos termos do qual importa, entre outros, reforçar a vigilância e a fiscalização do cumprimento das ações definidas pelas normas existentes por parte de todos os responsáveis.

Considerando que, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, compete aos Municípios, entre outras ações, a fiscalização do cumprimento das obrigações de gestão de combustível e a instrução de processos de contraordenação oriundos do incumprimento dessas obrigações.

Considerando que o conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade é imprescindível para as atividades de gestão, controlo e planeamento territorial e para o sucesso da implementação da política de prevenção e combate dos incêndios, a Lei nº76/2017, de 17 de agosto, que alterou o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, republicando o

Decreto-Lei nº124/2006, de 28 de junho, previu, no seu artigo 37.0-A, que se estabeleça uma cooperação institucional entre as entidades fiscalizadoras e a Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis, por forma a permitir, às entidades com competência para fiscalização, o acesso aos dados fiscais relativos aos prédios, incluindo a identificação dos proprietários e respetivo domicílio fiscal.

Assim, para plena concretização da colaboração preconizada entre entidades da administração central e local, o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses acordam o texto do Protocolo de Cooperação a celebrar entre os Municípios e a Autoridade Tributária e Aduaneira (em anexo), nos termos do qual é prestada aos Municípios, a solicitação destes, a informação referente aos dados constantes da matriz predial relativos aos prédios para efeitos de identificação e notificação dos proprietários ou detentores de imóveis que, estando obrigados a proceder à gestão de combustível, a ela não procedam no prazo devido, determinando que os municípios procedam, em sua substituição, a tal gestão de combustíveis, ressarcindo-se posteriormente das despesas em que tenham incorrido.

Em face do exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 35º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o presente Protocolo, a celebrar entre a Câmara Municipal de Palmela e a Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos da minuta anexa à presente proposta.

Anexo: Protocolo de Cooperação entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Município de Palmela no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.»

Sobre a proposta do Protocolo de Cooperação entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Município de Palmela no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, numerada SMPC 01_10-18 intervêm:

O **Sr. Presidente** adiciona as seguintes explicações:

Refere que o que se pretende com este protocolo, é que as entidades fiscalizadoras, o Município com Autoridade Tributária e Aduaneira tenham uma cooperação institucional que permita identificar os proprietários de terrenos, que é muito difícil e é caro, o município gasta muito dinheiro com a emissão de certidões, para que este processo flua com mais celeridade e possam, em tempo, fazer as notificações, entrar nos terrenos e, oxalá, apresentar a fatura para serem ressarcidos. Esta minuta de protocolo é praticamente idêntica em todo o país, foi negociada com a Associação Nacional de Municípios que a recomendou aos municípios desta forma.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Representante dos Municípios no Procedimento para a Formação do respetivo Contrato.

PROPOSTA N.º SMPC 02_10-18:

«O planeamento de defesa da floresta contra incêndios assume hoje, mais do que nunca, um papel primordial no que diz respeito à prevenção dos mesmos, consagrando o nº 1 do artigo 7º do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que esse planeamento tem um nível nacional, distrital e municipal.

Tendo em conta que, no respeitante ao nível municipal, o nº 1 do artigo 10º do mesmo diploma permite que os planos municipais possam ser de âmbito intermunicipal, os municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra decidiram concertar atuações elaborando um Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI), dado se estender pela área dos seus concelhos a zona florestal mais sensível da região, o Parque Natural da Arrábida.

O atual PIMDFCI foi aprovado em 29/08/2016, nos termos e ao abrigo do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, e do Regulamento aprovado pelo Despacho nº4345/2012, de 27 de março.

Contudo, verifica-se hoje a necessidade, por parte de todos os municípios envolvidos, de proceder a uma revisão do referido PIMDFCI com o objetivo de atualizar os seus Cadernos I, II e III, bem como a Carta de Declives, carta de Ocupação do Solo, carta de Risco, Perigosidade, Prioridades de Defesa e CAD, em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Considerando que nos termos da redação atual do nº 2 do artigo 10º do suprarreferido diploma legal "os PMDFCI são elaborados pelas câmaras municipais, sujeitos a parecer prévio da respetiva CMDF e parecer vinculativo do ICNF, e aprovados pela Assembleia Municipal (...)", devem as Câmaras Municipais deliberar proceder à sua revisão.

Por outro lado, dadas as especificações técnicas da matéria, não dispõem as autarquias de meios técnicos que permitam dar resposta a estas necessidades, pelo que a prestação do respetivo serviço tem vindo a ser contratada a empresa especializada, mediante a dinamização de procedimento contratual no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Considerando que, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 2º do CCP, todas as autarquias são entidades adjudicantes, e está em causa a formação de um contrato cuja execução é do interesse de todos, estamos perante uma situação enquadrável na alínea a) do nº 1 do artigo 39º do CCP, isto é, de agrupamento de entidades adjudicantes. Assim, deve dar-se cumprimento ao disposto no nº2 deste normativo que determina que "As entidades adjudicantes devem designar qual delas constitui o representante do agrupamento para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato ou do acordo-quadro a celebrar."

Na reunião das Comissões Municipais de Defesa da Floresta, de 27 de fevereiro, os responsáveis municipais nesta matéria acordaram que o procedimento contratual agora necessário para a revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios dos municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra, seja dinamizado pelo Município de Sesimbra, porém devem as Câmaras Municipais deliberar expressamente nesse sentido.

Em face do exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

- a) Ao abrigo do nº 2 do artigo 10º do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, proceder à revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

- b) Nos termos do nº 2 do artigo 39º do CCP, que seja designado o Município de Sesimbra como representante dos municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra na condução do procedimento contratual para a formação do contrato para a revisão do PIMDFCI.

Anexos: Ofício nº 5882/Câmara Municipal de Sesimbra

Protocolo para instalação e funcionamento do GTFIA – Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida.»

Sobre a proposta de Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Representante dos Municípios no Procedimento para a Formação do respetivo Contrato, numerada SMPC 02_10-18 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que no essencial, o diploma que superintende estes planos prevê que os planos municipais de defesa da floresta possam ser intermunicipais. O município de Palmela tem trabalhado em conjunto com os municípios Setúbal e Sesimbra desta forma, e com excelentes resultados. O atual plano teve aprovação em 29 de agosto de 2016. Na última reunião que fizeram com todos os municípios, nesta área do plano, mas também com agentes da Proteção Civil, Associações de Moradores, representantes de várias Instituições Públicas e Privadas, verificou-se a necessidade de atualizar os cadernos 1, 2 e 3, bem como a carta de declives, a carta de ocupação de solo, a carta de riscos, perigosidade, perigos da Defesa e Cat; Porque houve, aliás, alterações das disposições legais e, portanto, houve necessidade de atualização e há também outras questões, que entretanto ocorreram no território e que devem ser devidamente enquadrados.

No atual diploma legal, os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios são elaborados pelas câmaras, sujeitos a parecer prévio da respetiva Comissão Municipal e Parecer vinculativo do ICNF e aprovados depois pela Assembleia Municipal. Numa 1ª fase, as câmaras, deliberaram iniciar a sua revisão e refere que apesar de se terem colocado em acordo, os municípios não têm técnicos para esta área, isto tem aqui questões muito complexas que têm trabalhado sempre com adjudicações ao exterior, e trabalhado num modelo em que todas as autarquias são entidades adjudicantes, como um agrupamento de entidades, mas que delegam numa o processo de contratualização. Assim, propõe-se que o município, para desenvolver este trabalho, que seja o município de Sesimbra, portanto, isto foi acordado por unanimidade e aclamação, ser o município de Sesimbra a dar seguimento a este trabalho, naturalmente, que participarão, as equipas técnicas municipais concorrem para a revisão do plano, mas é o município de Sesimbra que irá fazer a adjudicação em nome dos três municípios, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Empreitada de “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo”: Prorrogação do prazo de apresentação de propostas no âmbito do procedimento de consulta prévia - Ratificação.

PROPOSTA N.º DAGOT_DEPOP 01_10-18:

«Em reunião de Câmara realizada em 4 de abril deste ano, foi aprovada a abertura de procedimento de consulta prévia para a realização da empreitada de “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo”.

Considerando que é urgente adjudicar a empreitada, como então justificado, concedeu-se um prazo de 15 dias para a apresentação de propostas, o qual, contudo, face a sinais recebidos do mercado, os serviços vieram a considerar poder ser demasiado curto, com risco do procedimento ficar deserto. Tendo em conta este risco, por proposta do serviço, a qual se anexa e faz parte integrante da presente proposta, aprovámos, a 24 de Abril, ao abrigo dos artigos 63º e 64º do código dos contratos públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei 18/2011, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a prorrogação do prazo de apresentação de propostas, o qual passou a ser de 21 dias,

No dia 30 de Abril recebemos um pedido de prorrogação de uma das empresas convidadas a apresentar proposta, alegando problemas técnicos/ informáticos. Considerando que o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, prevê, no nº 3, do artigo 64º, que o prazo possa ser prorrogado a pedido fundamentado de qualquer interessado, o qual aproveita a todos os interessados; tendo-se considerado o motivo atendível; e tendo-se entendido que, sendo o procedimento em causa de consulta prévia, não era de interesse público arriscar que o procedimento ficasse deserto por falta de propostas (o que obrigaria a novo processo, com os custos e riscos daí decorrentes), prorrogámos novamente o prazo em mais sete dias, conforme despacho anexo o qual faz parte integrante da proposta.

O prazo do procedimento de consulta prévia é agora, assim, de 28 dias, tendo passado a data limite para apresentação de propostas a ser o dia 7 de maio.

Assim, nos termos do nº 3 do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação antes invocada, **propõe-se** que a Câmara Municipal ratifique as nossas decisões de 24 de abril e de 30 de abril, de prorrogar o prazo para apresentação de propostas.»

Sobre a proposta de empreitada de “Regularização da Ribeira da Salgueirinha – Troço de Pinhal Novo” numerada DAGOT_DEPOP 01_10-18 intervém:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que a bancada do PS irá votar a favor, no sentido que como todos, também sentem a necessidade urgente da realização desta obra.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Isenção de pagamento de taxas municipais urbanísticas relativas ao licenciamento de obras de edificação e emissão de alvará – construção de oratório, e procedimentos subsequentes legalmente exigíveis, por relevante interesse público na área do Município da instituição.

Requerente: Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira. Proc.º E-938/2016. Local: Rua José Afonso, 31 – Pinhal Novo. Requerimento n.º 1713/2018, de 06.04.2018.

PROPOSTA N.º DAU 01_10-18:

«A Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira, na qualidade de titular do processo de obras n.º E-938/2016, e do pedido de licenciamento de obras de edificação, referente à construção da obra de arte destinada a um oratório a N. Sr.ª de Aires (estrutura em betão armado com 30m² de implantação e 10m² área coberta), em tramitação na Divisão de Administração Urbanística, solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º, na redação em vigor, que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, estão isentas do pagamento de taxas as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

Neste contexto e visando esta disposição a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades e associações que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas a certas carências da população, com impacto único no território e nos cidadãos, cumpre efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e fundamentar o reconhecimento do relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

A Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira, no âmbito de anterior procedimento urbanístico (licenciamento de obras de edificação – construção de e ampliação do edifício sede) e respetivo pedido de isenção de pagamento de taxas urbanísticas, foi reconhecida pela Câmara Municipal de Palmela relativamente ao fim de relevante interesse público que prossegue na área do Município, em reunião de 20/07/2016, reconhecimento esse reiterado por deliberação da Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 29/11/2017, sobre o qual foi emitida certidão que constitui anexo da presente proposta.

Esta instituição mantém o seu objeto social, bem como o desenvolvimento de uma atividade regular na promoção da atividade cultural e recreativa, assumindo um papel central na comunidade local, através do desenvolvimento de atividades regulares e envolvendo novos associados na dinamização das mesmas, sendo uma das associações de moradores com maior dinâmica no nosso concelho, pelo que se mantêm os pressupostos que estão na base do seu reconhecimento de relevante interesse público na área do Município.

Refira-se que a obra em causa tem relação direta com uma atividade tradicionalmente promovida pela instituição, dirigida aos próprios associados e à comunidade local, que se constitui de muitos originários da zona de Aires e devotos da N.ª Sr.ª de Aires, proporcionando assim o surgimento de um local de reflexão e de oração, considerando-se, deste modo, face à tradição da atividade na história da instituição e ao efeito comunitário da mesma, que a operação urbanística se conecta claramente com atividade e os seus fins da Associação.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do art.º 11.º do Regulamento de Taxas Municipais, e estando reunidos os requisitos e pressupostos de facto previstos no n.º 2 do art.º 9.º do mesmo Regulamento, **propõe-se** o reconhecimento formal dessas mesmas condições, as quais habilitam regulamentarmente à isenção do pagamento de taxas prevista na alínea b) daquele normativo; isenção esta dirigida ao procedimento urbanístico em causa, bem como aos trâmites subsequentes legalmente exigíveis (autorização de utilização).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM) – Início do procedimento e participação procedimental.

PROPOSTA N.º DAU 02_10-18:

«Reconhecendo a importância da reabilitação urbana para o desenvolvimento e revitalização dos centros urbanos no concelho e com o objetivo de renovar e reabitar estes espaços, vem o Município desenvolvendo, de alguns anos a esta parte, políticas de incentivo à reabilitação, designadamente nas áreas de maior concentração populacional, cuja degradação física do edificado e consequentes condições de segurança/salubridade e habitabilidade, prejudicam a imagem e vivência desses locais.

Deste modo foram delimitadas, a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Palmela e Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo, com publicação em Diário da República através do Aviso n.º 9277/2015, de 20 de agosto e n.º 9817/2015, de 28 de agosto, respetivamente, determinantes no prosseguimento dos objetivos traçados pelo Município. Foram consequentemente aprovados, na passada reunião de Câmara de 21 de março de 2018, os projetos de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) correspondentes a cada uma das áreas de reabilitação supramencionadas, instrumentais na promoção da reabilitação do edificado e melhoria da coesão social e territorial, assim como a sustentabilidade ambiental e económica do tecido urbano das referidas áreas.

A aprovação das Operações de Reabilitação Urbana compreende um conjunto de atuações, com propósito de uma intervenção integrada, de reabilitação urbana na definida ARU, dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução, sendo que o dever de reabilitação impende sobre os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações compreendidas em Área de Reabilitação Urbana.

Neste contexto, o contributo dos particulares e dos promotores, assumirá especial relevância na defesa do interesse público, prevendo o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na alínea e)

do artigo 30º a implementação de um quadro de benefícios e incentivos, que estimulem a sua iniciativa para reabilitação e revitalização urbana consentâneas com os objetivos definidos na respetiva estratégia de reabilitação urbana, materializadas em operações urbanísticas de edificação e reabilitação.

Considerando o esforço de investimento nas operações urbanísticas envolvidas e a representatividade que as taxas devidas pela realização das mesmas, estabelecidas no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM), assume na intervenção dos interessados, pretende-se assim implementar medidas de discriminação positiva, que contribuam para a diminuição dos custos inerentes.

Do mesmo modo se entende, que na melhoria do ambiente urbano das áreas de reabilitação definidas, é crucial criar condições para a progressiva instalação no subsolo de infraestruturas, pretendendo-se incentivar o investimento dos operadores de redes elétricas ou de comunicações incluindo também medidas que abrangem as taxas previstas em RTTM.

Compete aos Municípios, no exercício do seu poder regulamentar próprio e nos termos do art. 3º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, publicado pelo DL 555/99 de 16 de dezembro, introduzidas pelo DL 136/2014 de 9 de setembro, aprovar regulamentos com o objetivo de concretização e execução deste regime, designadamente:

"(...) c) Disciplinar os aspetos relativos ao projeto, execução, receção e conservação das obras e serviços de urbanização, podendo, em particular, estabelecer normas para o controlo da qualidade da execução e fixar critérios morfológicos e estéticos a que os projetos devam conformar-se;

d) Disciplinar os aspetos relativos à segurança, funcionalidade, economia, harmonia e equilíbrio socioambiental, estética, qualidade, conservação e utilização dos edifícios, suas frações e demais construções e instalações; (...)

f) Fixar os montantes das taxas a cobrar; (...)

j) Regular outros aspetos relativos à urbanização e edificação cuja disciplina não esteja reservada por lei a instrumentos de gestão territorial."

Assim e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído na al. k), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. O início do procedimento de alteração ao RTTM, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados e apresentação de contributos;
2. Determinar que podem constituir-se como interessados, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;

3. Que os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto de alteração do RTTM, até 10 dias (úteis), após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1 do artigo 112.º do CPA;
4. Que a constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2950-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou por telefax ou correio eletrónico.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e trinta e cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco